

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIASPARCERIAS

COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS S/A
CNPJ: 08.235.587/0001-20 - NIRE: 523000106-41
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO/AUDITORIA CONTÁBIL

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos aos acionistas da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, as demonstrações financeiras e contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, composta de: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes: AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S. Goiânia – GO, 29 de abril de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado
Conselheira Presidente
Enio Caiado Rocha Lima
Conselheiro
Fernando de Castro Fagundes
Conselheiro

Conselheira
Selene Pêres Pêres Nunes
Conselheira
Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto
Conselheiro
Cláudio André Gondim Nogueira
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
Bruno Magalhães D'Abadia
Conselheiro
Pedro Henrique Ramos Sales
Conselheiro
Adriano da Rocha Lima
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA
Diego de Oliveira Soares
Presidente
Edson Correia da Silva
Chefe de Gabinete
Maxuelo Braz de Paula
Diretor Administrativo
Diego de Oliveira Soares
Diretor Financeiro
Nelson Rodrigues Vilela
Diretor Técnico
Luiz Fernando de Oliveira
Contador
Tc CRC Mg 25222 S/GO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM REAIS)

ATIVO DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO 31/12/2020	DESCRIÇÕES 31/12/2019	PASSIVO	
			EXERCÍCIO 31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONÍVEL	4.646.515,56	1.984.937,43	Obrigações Sociais	487.740,46
Caixa e Bancos	10,00	10,00	Impostos e Contribuições a Recolher	92.914,65
Aplicações Financeiras	4.646.515,56	1.984.927,43	Outras Contas a Pagar	14.300,00
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO	172.139,59	99.145,86	TOTAL DO CIRCULANTE	594.955,11
Contas a Receber	172.139,59	99.145,86		
Impostos a Recuperar	0,00	0,00	NÃO CIRCULANTE	0,00
TOTAL DO CIRCULANTE	4.818.655,15	2.084.083,29	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	0,00
NÃO CIRCULANTE			PATRIMONIO LIQUIDO	
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	1.049.952,37	771.482,17	Capital Social	394.333.079,03
Governo do Estado de Goiás	0,00	0,00	(-) Capital a integralizar	-40.735.547,38
Outros Devedores	0,00	0,00	(-) Prejuízo Acumulado	-119.238.735,57
(-)Ajuste a Valor Presente	0,00	0,00		
Impostos Federais Diferidos	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	234.358.796,08
Valores Bloqueados Judicialmente	235.489,61	230.594,89	TOTAL DO PASSIVO	234.953.751,19
Impostos a Recuperar	542.762,76	540.887,28		
INVESTIMENTOS	229.068.171,56	229.068.171,56		
Investimentos	229.068.171,56	229.068.171,56		
IMOBILIZADO	16.972,11	22.915,11		
Imobilizado	16.972,11	22.915,11		
INTANGÍVEL	0,00	0,00		
Softwares	0,00	0,00		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	230.135.096,04	229.862.568,84		
TOTAL DO ATIVO	234.953.715,19	231.946.652,13		

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	Capital Social			Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAIS Saldos Pat Líquido
	Capital Realizado	Capital Integralizar	Capital a Integralizar		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	352.591.834,88	41.741.244,15	-120.589.808,11		232.002.026,77
Subscrição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	1.005.696,77	1.005.696,77	0,00	0,00	1.005.696,77
Redução do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	-1.435.345,13	-1.435.345,13	-1.435.345,13
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	353.597.531,65	40.735.547,38	-122.025.153,24		231.572.378,41
Subscrição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	1.005.696,77	-1.005.696,77	0,00	0,00	1.005.696,77
Redução do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	2.486.417,67	2.486.417,67	2.486.417,67
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	353.597.531,65	40.735.547,38	-119.238.735,57		234.358.796,08

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
DRE	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-2.786.417,67	-1.435.345,13
Despesas administrativas	-4.058.109,78	-3.885.933,71
Depreciação e Amortização	-5.943,00	-4.259,97
Despesas Financeiras	-52,44	-1.428,31
Receitas Financeiras	12.765,23	68.363,08
Outras Despesas/Receitas Operacionais	6.837.757,66	2.387.913,78
RESULTADO OPERACIONAL	2.786.417,67	-1.435.345,13
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	2.786.417,67	-1.435.345,13
Imposto de Renda e CSLL	0,00	0,00
LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.786.417,67	-1.435.345,13
NUMERO DE AÇÕES	394.033.079	394.033.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	-0,0071	-0,0036

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	31/12/20	31/12/19
Atividades Operacionais	2.792.360,67	-2.788.471,22
Resultado do Exercício	-1.435.345,13	-1.435.345,13
Depreciações	5.943,00	4.259,97
Aumento (diminuição) de Ativos	-351.463,93	-112.432,01
Contas a Receber	-351.463,93	-112.432,01
Aumento (diminuição) de Passivos	220.681,39	68.478,05
Obrigações Sociais	194.928,52	102.641,94
Impostos e Contribuições a Recolher	25.752,87	-30.270,33
Fornecedores	0,00	-3.893,56
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	0,00	-23.365,00
Ativo Permanente	0,00	-23.365,00
Atividades de Financiamentos	0,00	1.005.696,77
Capital Social (integralização)	0,00	1.005.696,77
Capital Social (redução)	0,00	0,00
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Aumento(Redução) nas Disponibilidades	2.661.578,13	-492.707,35
Saldo Final das Disponibilidades	4.646.515,56	1.984.937,43
Saldo Inicial das Disponibilidades	1.984.937,43	2.477.644,78
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	2.661.578,13	-492.707,35

1. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Contábeis:

As demonstrações financeiras e contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aos quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. A autorização para a conclusão do presente relatório das Demonstrações Financeiras e Contábeis foi dada pela Diretoria da Companhia em 06 de julho de 2020. As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia.

1.1 Sumário das principais práticas contábeis:

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

Uso de Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras e contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Investimentos - Os Investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

Imobilizado - O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificadas indicadores de perda de valor, imediatamente é constituído provisão para perdas.

Propriedades para Investimentos - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Ativo Diferido - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.

Intangível - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais - são reconhecidas nas obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.

Regime de apuração do resultado - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Imposto de Renda e Contribuição Social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Lucro / Prejuízo por ação - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

Dividendos - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Resultados Abrangentes - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

Reserva Legal - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa:

Bancos Contas Movimento:

Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2020	2019
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	4.646.506	1.984.927
TOTAIS	4.646.516	1.984.937

Contas a Receber:

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2020	2019
Governo do Estado de Goiás - CDSA (a)	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	235.490	230.595
Contas a Receber	507.190	230.595

Impostos à Recuperar:

Descrição	2020	2019
IRRF s/ Aplicação Financeira	542.763	540.887
Total	542.763	540.887

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

Investimentos:

Descrição	2019
Participação em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171
Propriedades para Investimentos (9.2)	6.000.000
Total dos Investimentos	229.068.171

Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor.

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

Empresa	2020	2019	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

Propriedades para Investimento:

	2020	2019
Terrenos	6.000.000	6.000.000
Propriedades para Investimento	6.000.000	6.000.000

A Propriedade para Investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

- 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:

- "01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, escritura pública lavrada no cartório 4º ofício de notas de Goiânia, livro 704 fs. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folhas 01 RI 33345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740,021 m².

O referido imóvel até o final de 2019 não havia sido transferido em cartório para a Goiás Parcerias.

Imobilizado / Intangível:

Descrição	2020	2019
Equipamentos de Informática	43.946	43.946
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(28.948)	(23.005)
TOTAIS	16.972	22.915

Obrigações Sociais e Trabalhistas:

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Honorários Diretoria	72.600	105.933
Honorários Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorários Conselho de Administração	25.200	14.400
Outros Serviços	379.140	175.979
INSS	39.164	32.135
IRRF	52.875	35.027
Total	579.779	374.274

Impostos e Contribuições a Recolher:

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Fundo Previdenciário	0,00	793
ISSQN	0,00	82
IR a Recolher	0,00	0,00
CSLL a Recolher	0,00	0,00
Total	0,00	875

Patrimônio Líquido:

Capital Social:

Capital Subscrito:

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas - AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$ 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

Capital Integralizado:

Em 31/12/2020 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 353.597.531,65 restando R\$ 40.735.547,38 (Quarenta Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais.

Reserva Legal:

E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2020 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Dividendos:

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2020 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

Despesas Administrativas:

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Pessoal	3.937.212	2.287.205
Serviços de Terceiros	2.500	1.408.828
Despesas com Editais e Publicações	8.849	29.476
Outras Despesas	115.544	168.113
Total	4.064.105	3.891.622

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras, onde são compostas de rendimentos de aplicações financeiras, depósitos judiciais e despesas bancárias em bancos oficiais.

Remuneração dos Diretores e Empregados:

Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente pela legislação pertinente.

A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

Gerenciamento de Riscos:

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real.

Risco de Crédito:

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

Risco de Liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado



pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

Outras Informações:

Operações com Instrumentos de Derivativos:
A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Eventos Subsequentes:

Não houveram eventos subsequentes, desde a data de 31/12/2020 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

Aos

Acionistas, Conselheiros, e demais Administradores da COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go.

CNPJ: 00.418.160/0001-55

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS "GOIÁS PARCERIAS" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GOIÁS PARCERIAS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Propriedades para Investimento - Teste de Recuperabilidade dos Ativos

Conforme Nota Explicativa, a Companhia possui 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A., pelo valor de R\$ 6.000.000, referido imóvel até o final de 2020 não havia sido transferido em cartório para a Goiás Parcerias, porém, conforme Processo SEI nº 202110902000023, a PGE emitiu parecer no sentido de que o bem pertence ao Estado de Goiás e não à Goiás Parcerias, visto que foi incorporado incorretamente ao Capital da Teleporto de Goiás, empresa essa que posteriormente teve seu capital incorporado ao capital da Goiás Parcerias. Embora já foi tomada a decisão pela Diretoria Executiva e autorizado pelo Conselho de Administração, a devolução deste imóvel ao Estado de Goiás com a consequente redução do valor da participação do Estado no Capital da Companhia, o saldo apresentado nas rubricas "Propriedades para Investimentos e Capital Social" está superestimado em R\$ 6.000.000,00.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à GOIÁS PARCERIAS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor. Neste sentido, enfatizamos que, conforme NBC TG 18 (R3), a entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para esses investimentos, em consonância com a NBC TG 46.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da GOIÁS PARCERIAS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁS PARCERIAS.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6) Outros Assuntos

6.1) Relatório da Administração

A administração da GOIÁS PARCERIAS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precidadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 19 de abril de 2021.

Goiania/GO, 10 de julho de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO

Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"GO

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"GO

CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020

O Conselho de Administração da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, em reunião realizada no dia XX julho de 2020, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as demonstrações financeiras e contábeis da Companhia, referentes ao exercício de 2020, bem como o relatório da administração e as respectivas notas explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, confeccionado pela empresa Audimec Auditores Independentes S/S, e demais documentos referentes ao término do citado exercício.

Logo, após a análise da documentação supra e, ainda, considerando a manifestação contida no parecer da Auditoria Independente, o Conselho de Administração concluiu que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia e opina, favoravelmente, pela aprovação dos referidos documentos.

Goiania/GO, 25 de maio de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado

Conselheira Presidente

Diego de Oliveira Soares

Conselheiro

Fernando de Castro Fagundes

Conselheiro

Conselheira

Selene Pêres Pêres Nunes

Conselheira

Francisco Antônio Catãas de Andrade Pinto

Conselheiro

Cláudio André Gondim Nogueira

Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020

O Conselho Fiscal da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras e contábeis do exercício de 2020 da Companhia, dentre eles:

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultados;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações do Fluxo de Caixa;
- Relatório da Administração;
- Relatórios de Auditoria Externa, emitido pela Audimec Auditores Independentes S/S;
- Parecer do Conselho de Administração;
- Demais demonstrativos e notas relativas ao período.

Assim sendo após detida análise dos documentos, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias aprovam as demonstrações da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Estatal, opinando favoravelmente na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

Goiania/GO, 25 de maio de 2020.

CONSELHO FISCAL

Bruno Magalhães D'Abadia

Conselheiro

Pedro Henrique Ramos Sales

Conselheiro

Adriano da Rocha Lima

Conselheiro